

## ANALISE DOS NÍVEIS DE ADERÊNCIA ÀS DIRETRIZES G4 DA GRI POR EMPRESAS BRASILEIRAS NO ANO DE 2013

### **Janaina Pereira Assis**

Graduanda em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual de Maringá.

E-mail: [janny.assis@hotmail.com](mailto:janny.assis@hotmail.com)

### **Luana Batista Vieira**

Graduanda em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual de Maringá.

E-mail: [luanabavi@hotmail.com](mailto:luanabavi@hotmail.com)

### **Marguit Neumann Gonçalves**

Doutora em Economia do Desenvolvimento. Professora do Departamento de Ciências Contábeis da Universidade Estadual de Maringá. E-mail: [marguitn26@gmail.com](mailto:marguitn26@gmail.com)

## RESUMO

Com o crescimento da importância mundialmente dada às questões socioambientais, destaca-se cada vez mais a necessidade das organizações comunicarem de forma consistente e confiável suas práticas relativas à proteção do meio ambiente, por esse motivo as companhias têm buscado diversas ferramentas, tais como os relatórios de sustentabilidade, que auxiliem para esse fim. Neste contexto, o objetivo do estudo consiste em verificar se o relatório de sustentabilidade das companhias Natura, Braskem, Santos Brasil e Banco Bradesco para o exercício de 2013 estão de acordo com as diretrizes da versão G4 da GRI. Quanto aos procedimentos metodológicos a pesquisa enquadra-se como: Bibliográfica, documental e experimental. Para análise dos resultados utilizou-se da técnica de análise de conteúdo, onde o objeto de estudo foram os relatórios publicados pelas empresas no ano 2013. Os resultados revelam que a Braskem é a companhia com maior índice de adesão aos indicadores estabelecidos pela versão G4 da GRI, seguida pela Natura. Não obstante, todas as empresas apresentam falhas tanto nos indicadores gerais quanto específicos do relatório, sejam essas falhas na não divulgação, ou na apresentação de forma parcial das informações.

**Palavras-chave:** Relatório de Sustentabilidade G4; GRI ; Evidenciação;

**Área:** Contabilidade para Usuários Externos.

**Subárea:** Contabilidade Ambiental (Balanço social, Demonstração do valor adicionado, Balanço ambiental).

## 1 INTRODUÇÃO

O aumento do número de empresas que buscam se adequar para cumprir as práticas ambientais é decorrente da exigência dos diferentes *stakeholders*, tais como fornecedores, clientes, acionistas, parceiros empresariais e a sociedade como um todo. A preocupação desses grupos decorre da busca pela estabilidade do meio ambiente e a melhora na qualidade de vida. Neste cenário, os relatórios de sustentabilidade exigem dessas empresas maior clareza na disponibilização das informações sobre os impactos da organização ao meio ambiente.

Contudo, a adaptação das empresas quanto a prover os *stakeholders* de informações socioambientais claras, valiosas, úteis e confiáveis para mercados e a sociedade, não deve ser vista apenas como uma obrigação, mas como algo que traz diversos benefícios à organização. Com o processo de elaboração de um relatório ambiental, a empresa consegue identificar problemas e oportunidades em relação a agentes reguladores, reputação das marcas, comunidades e entidades não governamentais, cadeias de fornecimento, além de redução de custos e de desperdícios (GASPARINO; RIBEIRO, 2007).

Uma das ferramentas utilizadas pelas empresas para comunicar seu desempenho socioambiental é o relatório de sustentabilidade proposto pela *Global Reporting Initiative* (GRI). Criada em 1997 na cidade de Boston nos EUA, a GRI desenvolveu um modelo específico de diretrizes que dão suporte e orientam as empresas sobre o melhor modo de disponibilização dessas informações (GRI, 2014).

O primeiro modelo lançado pela GRI foi o G1, no ano de 2000. As versões foram sendo atualizadas de acordo com o desenvolvimento econômico mundial. E atualmente as diretrizes utilizadas decorrem da versão G4, disponibilizado em 2013. Embora as empresas tenham até final de 2015 para adequar-se as diretrizes do G4, companhias tem se destacado na adoção desta versão para elaboração do relatório de sustentabilidade.

Diante do exposto, apresenta-se o seguinte problema para esta pesquisa: Qual o nível de aderência dos relatórios de sustentabilidade de empresas brasileiras que se submetem a avaliação da GRI e a sua última versão das diretrizes G4?

Neste sentido, o trabalho tem como objetivo central efetuar a análise da aderência plena e efetiva dos indicadores de desempenho (gerais e específicos) das diretrizes G4 da GRI de empresas de capital aberto com atuação no Brasil no ano de 2013.

## 2 REVISÃO DA LITERATURA

### 2.1 Evidenciação ou *Disclosure ambiental*

A partir do momento em que a sociedade passou a pressionar as empresas, exigindo transparência e responsabilidade relacionada à atuação da organização nos quesitos ambientais, passou a existir uma influência exercida pelos *stakeholders* apontando a necessidade de incluir políticas orientadas para a proteção ambiental na gestão estratégica das empresas (MONERVA; ORTAS, 2010). Este posicionamento deve-se a democratização, diminuição do papel do Estado, maior atuação da mídia e conscientização da sociedade civil (OLIVEIRA, 2003).

Seguindo este conceito os instrumentos de informação devem refletir o real valor do patrimônio das empresas, e ainda satisfazer as necessidades dos diversos *stakeholders*, não apenas em seus aspectos econômicos e financeiros, como também nos aspectos ambientais, dado que todas ou quase todas as alternativas que se tem apresentado para o seu controle e preservação são mensuráveis, e por tanto passíveis de prestar informações a sociedade (RIBEIRO E MARTINS, 1995).

Com a necessidade de atender as demandas socioambientais, o modelo de gestão a ser adotado pelas empresas, deve ser voltado à finalidade de elaboração do *disclosure ambiental*. Para Murcia (2009, p. 28) “quando o *disclosure* é bem elaborado aumenta a precisão das informações sobre as decisões operacionais e de investimentos efetuados pelos gestores”.

Goulard (2003) define que o *disclosure* deve ser capaz de prover informações positivas e negativas, que tenham relevância para os usuários da informação. O maior foco das empresas deve ser demonstrar a performance de suas atividades ambientais e os seus resultados da forma mais clara possível, Bushman, Piotroski e Smith (2001) destacam que é fundamental que as companhias apresentem informações confiáveis sobre

desempenho, situação financeira, oportunidades de investimento, governança, valor e risco das empresas de capital aberto.

Nesse sentido, a GRI (2006) alerta que a urgência e a magnitude dos riscos e dos danos para a sustentabilidade e a grande disponibilidade de opções e oportunidades tornarão a transparência sobre os impactos econômicos, ambientais e sociais componentes fundamentais para que haja eficácia nas relações com os *stakeholders*, nas decisões sobre investimento e em outras relações de mercado.

Por meio do exposto é possível observar a importância da prática do *disclosure*, tanto nos aspectos internos para elaboração dos relatórios de sustentabilidade, como para os *stakeholders* externos no momento da tomada de decisão, seja ela sobre investimentos ou outras relações de mercado.

É importante destacar que o *disclosure* ambiental pode ser feito de forma voluntária ou obrigatória. Para Nossa (2002, p. 86) o *disclosure* é de forma obrigatória quando é exigido por leis e regulamentos, e de forma voluntária quando a evidenciação das informações é feita por espontaneidade da empresa, mesmo que por meio de diretrizes e orientações.

Nossa (2002) destaca ainda que o fato que tem influenciado as empresas a evidenciarem as informações ambientais de forma voluntária são os diversos prêmios e o *ranking* de relatórios ambientais instituídos por diversos órgãos ambientais. O autor conclui descrevendo a pesquisa realizada por Skillius e wennberg (1996, p. 36), onde segundo eles além de evidenciar as principais informações ambientais as empresas deverias sempre buscar novas formas de evidenciação, com o intuito de melhorar a elaboração dos relatórios.

## **2.2 Relatórios de sustentabilidade e os indicadores da GRI**

Em março de 1999 surge à primeira versão das Diretrizes para relatórios de sustentabilidade formulada pela *Global Reporting Initiative* (GRI). Segundo Vellani (2011) essas diretrizes objetivavam organizar o processo de evidenciação da sustentabilidade empresarial. A GRI, ao contrário dos índices de sustentabilidade existentes, como Índice Sustentabilidade Empresarial (ISE), *Brazil Stars Index*, *Dow*

*Jones Sustainability Index*, dentre outros, se propôs a um processo de evidenciação socioambiental auditado proporcionando maior credibilidade.

De acordo com o Instituto Ethos (2011), os relatórios de sustentabilidade são a principal ferramenta de comunicação do desempenho social, ambiental e econômico das organizações, e o modelo de relatório da GRI é o mais completo e mundialmente difundido. Segundo a GRI (2014) um relatório de sustentabilidade é a plataforma fundamental para comunicar os impactos de sustentabilidade positivos e negativos bem como para obter informações que podem influenciar na política, na estratégia e nas operações da organização de uma forma contínua.

Para assegurar alto grau de qualidade técnica, credibilidade e relevância, de acordo com a GRI (2014), as diretrizes da GRI foram desenvolvidas e são continuamente melhoradas por meio de um intenso engajamento de *multistakeholders* que envolvem organizações relatoras e especialistas que, de maneira conjunta, desenvolvem e revisam o conteúdo da estrutura de relatórios. A GRI confirma esse aspecto ao desenvolver e melhorar continuamente sua estrutura do relatório de sustentabilidade.

Os relatórios elaborados sofreram atualizações e melhoramentos, e de acordo com a GRI (2014), o lançamento do G3, em 2006, representou uma grande evolução pela forma democrática de sua construção e pelo seu próprio aperfeiçoamento. A versão mais recente disponibilizada em 2013 pela GRI é o G4 e de acordo com a KPMG (2013), a principal finalidade desta versão consiste em ampliar a adesão por organizações de todos os tipos e para isso foi necessário aumentar a facilidade de uso, uniformidade e qualidade técnica (incluindo referências atualizadas) da versão anterior das diretrizes.

A GRI continuará a reconhecer relatórios elaborados com base nas diretrizes G3 e G3.1 até de 31 de dezembro de 2015, quando passa a ser obrigatória a emissão no modelo G4 pelas companhias que se submetem a avaliação da organização. As empresas que adotaram e adotarem o novo modelo, no prazo inferior a 31 de dezembro de 2015 estão aderindo à versão como um diferencial de mercado em relação a outras empresas.

Os parâmetros que promovem a gestão dos aspectos ambientais na organização, no que se refere à elaboração dos relatórios ambientais, estão especificados nas diretrizes da GRI. Apesar disso a GRI (2002) deixa claro que as diretrizes não governam o comportamento de uma organização, mas contribuem para descrever o resultado da adoção e aplicação de códigos, políticas e gestão de sistemas.

O desenvolvimento dessas diretrizes, de acordo com a GRI (2014, p. 5) é realizado “por meio de um processo que envolve diversos *stakeholders*, entre os quais representantes de empresas, trabalhadores, sociedade civil e mercados financeiros, auditores e especialistas em diversas áreas.” Além desses *stakeholders* a GRI conta com a participação de agências reguladoras e governamentais de diversos países para a elaboração das diretrizes, e se apóiam em outros documentos internacionalmente reconhecidos sobre a elaboração de relatórios ambientais.

Para realizar o estabelecimento das diretrizes foi necessária uma divisão por área de influência sobre aspectos socioambientais, a saber, indicadores econômicos, ambientais e sociais. A divisão dos indicadores por categoria permite a composição de diversas análises, como a observação do comportamento de apenas um grupo de indicadores ou o confronto entre o desempenho econômico e o desempenho ambiental (FERNANDES et al, 2010). Segue abaixo a figura 1 que trata dessas categorias dos indicadores de desempenho.

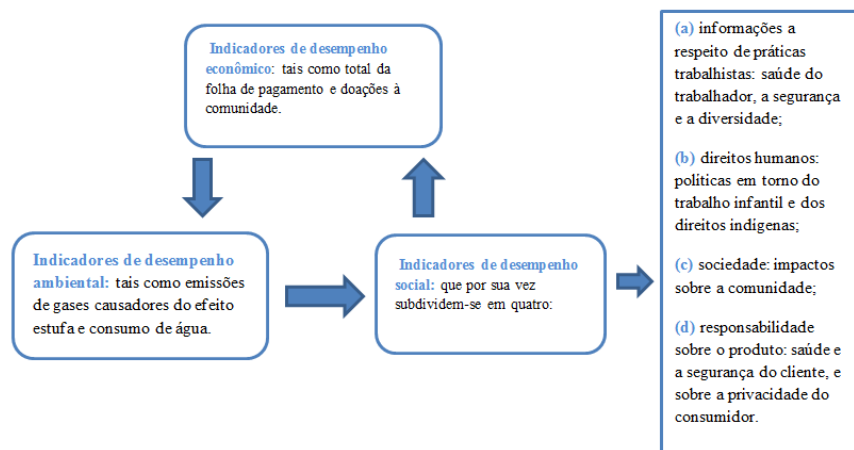


Figura 1: Grupo de indicadores GRI  
 Fonte: Adaptado de GRI (2013)

Os indicadores econômicos visam demonstrar: o fluxo de caixa entre os *stakeholders* e os principais impactos econômicos da entidade na sociedade (GRI, 2014). Eles estão segregados em três aspectos: (1) desempenho econômico, cujo objetivo é abordar os impactos econômicos diretos das atividades da organização, bem como o valor econômico agregado dessas atividades; (2) presença no mercado, que visa prover informações sobre as interações em determinado mercado; e, (3) impactos econômicos

indiretos, que buscam medir os impactos econômicos resultantes das atividades econômicas e das transações realizadas pela organização.

Já os indicadores ambientais, por sua vez, englobam o desempenho relacionado a insumos e a produção, além daquele relativo à biodiversidade, à conformidade ambiental e outras informações, como por exemplo, gastos com meio ambiente (GRI, 2014). Eles estão segregados em nove aspectos: (1) materiais; (2) energia; (3) água; (4) biodiversidade; (5) emissões, efluentes e resíduos; (6) produtos e serviços; (7) conformidade; (8) transporte; e, (9) geral (GRI, 2014).

Os indicadores sociais abrangem os aspectos fundamentais referentes a práticas trabalhistas e trabalho decente, direitos humanos, sociedade e responsabilidade pelo produto, conforme destacado a seguir (GRI, 2014).

### **2.3 Da versão G3 a versão G4 da GRI**

Com base nas informações prestadas pelas empresas quanto aos quesitos ambientais, notou-se a necessidade de adequação e desenvolvimento das características dessas informações, para que fossem apresentadas de forma mais clara e que representasse a situação socioambiental da empresa de maneira mais ampla e compreensiva.

Nesse sentido, em maio de 2013 a GRI lançou a mais recente das diretrizes para elaboração de relatório de sustentabilidade conhecida como versão G4. No Brasil não foram encontrados estudos sobre o tema, por meio de pesquisa realizada em periódicos e eventos da área, acredita-se que devido a não obrigatoriedade da apresentação dessas informações e a alteração na estrutura de elaboração do relatório ser recente. As empresas que optaram pela elaboração do relatório seguindo a versão G4, mesmo antes do prazo, procuram se adequar e ajustar as informações ao novo formato.

Dentre as muitas mudanças trazidas pela nova versão das diretrizes GRI, a G4, destaca-se a forma como a GRI passa checar e validar os relatórios de sustentabilidade conduzidos de acordo com a metodologia. Se antes, os relatos recebiam qualificações do nível de aplicação (A, B e C), que eram concedidas com base na quantidade e tipo de indicadores relatados, (10 para “C”, 20 para “B” e todos os indicadores essenciais para

“A”), a partir de agora, o único selo será o “*Materiality matters*”, isto é, a “Materialidade importa”, que poderá ser aplicado na capa ou contracapa do relatório aprovado pela GRI.

Além disso, na versão G4 houve uma mudança de análise da eficácia dos relatórios adotando um único critério de conformidade, que inclui a obrigatoriedade de divulgar todas as informações de perfil, informações sobre formas de gestão e indicadores essenciais para todos os tópicos relevantes, além dos indicadores do suplemento setorial e uma declaração de conformidade da presidência ou órgão superior de governança.

A ideia, nesse novo modelo de checagem e validação, é avaliar se o estudo sobre a materialidade foi realmente considerado na estratégia e nas ações de sustentabilidade da empresa relatora. No G3, era necessário que as organizações relatassem apenas sobre os impactos que a empresa tem controle ou influência significativa sobre, já o G4 foi lançado para incentivar as empresas a considerar e relatar sobre uma ampla gama de impactos, não somente aqueles que a companhia controla.

Nesse contexto, para a nova diretriz houve um aumento de disponibilização de informações em áreas chaves como governança corporativa, ética e integridade e gestão da cadeia de fornecedores. Nos indicadores essenciais foram acrescentados dois pontos principais que são: a Avaliação de fornecedores e a disponibilização dos resultados apresentados pelos mecanismos de queixa e reclamações relativos a impactos. Esses novos indicadores podem ser visualizados no Quadro 1:

Esses indicadores foram estabelecidos pela GRI na versão G4, como forma de aplicar aspectos mais abrangentes dos índices de sustentabilidade empresarial, bem como possibilitar o desenvolvimento e aprimoramento dos indicadores de desempenho. Para GRI (2013) esse fato promove maior envolvimento e empenho por parte das empresas na elaboração de seus relatórios.

No G3 os indicadores de desempenho eram classificados em: essenciais e adicionais. Os indicadores essenciais foram assim classificados por apresentarem duas características: serem relevantes para a maioria das organizações reladoras e por serem importantes para a maioria das partes interessadas (GRI, 2002). Os indicadores adicionais representavam práticas emergentes ou tratavam de temas que poderiam ser relevantes para algumas organizações, mas não para todas (GRI, 2006).



Ambiental	Avaliação ambiental de fornecedores	G4-EN22 - Percentual de novos fornecedores selecionados com base em critérios ambientais. G4EN33 - Impactos ambientais negativos significativos reais e potenciais, na cadeia de fornecedores.
	Mecanismos de queixas e reclamações	G4-EN34 - Número de queixas e reclamações relacionadas a impactos ambientais
Social-Práticas trabalhistas	Avaliação de fornecedores em práticas trabalhistas	G4-LA14 - Percentual de novos fornecedores com base em critérios de práticas trabalhistas. G4-LA15 - impactos negativos significativos reais e potenciais, para as práticas trabalhistas na cadeia de fornecedores.
	Mecanismos de queixas e reclamações	G4-LA16 - Número de queixas e reclamações relacionadas a praticas trabalhistas registradas por meio de mecanismo formal.
Social-Direitos Humanos	Avaliação de fornecedores em direitos humanos	G4-HR10 - Percentual de novos fornecedores com base em critérios de direitos humanos. G4-HR11 - impactos negativos significativos reais e potenciais, em direitos humanos na cadeia de fornecedores e medidas tomadas.
	Mecanismos de queixas e reclamações	G4-HR12 - Número de queixas e reclamações relacionadas aos impactos em direitos humanos registradas, processadas e solucionadas.
Social- Sociedade	Avaliação de fornecedores em impactos na sociedade	G4-SO9 - Percentual de novos fornecedores selecionados com critérios de impacto a sociedade. G4-SO10 - impactos negativos significativos reais e potenciais, da cadeia de fornecedores na sociedade e medidas tomadas.
	Mecanismos de queixas e reclamações	G4-SO11 - Queixas relacionadas a impactos na sociedade registrada, processada e solucionada por meio de mecanismos formal.

Quadro 1: Novos indicadores exigidos pelo G4  
Fonte: A pesquisa (2014)

Já no G4 os indicadores passam a serem classificados em gerais e específicos, que não segue a mesma padronização dos essenciais e adicionais, nessa nova diretriz todos os indicadores devem ser reportados, independente da sua relevância.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Primeiramente a pesquisa é classificada como exploratória por tratar-se de um tema relativamente novo e ainda pouco explorado, como trata Beuren *et al* (2010, p. 80) ao dizer que a pesquisa exploratória é desenvolvida “quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil formular hipóteses precisas e operacionalizáveis.”

Posteriormente, considerando as fontes de dados utilizadas, ela foi classificada como uma pesquisa bibliográfica, visto que buscou referências em teses, dissertações, artigos, periódicos e livros, em consonância com Lakatos e Marconi (1999, p.173) ao afirmarem que pesquisa bibliográfica é “toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema em estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc.”

Classifica-se também com uma pesquisa documental, pois examina documentos que não receberam nenhum tratamento analítico, tais como: documentos conservados em arquivo; ou como documentos que de alguma forma já foram analisados, tais como: relatórios de pesquisa ou de empresas (MACHADO *et al* 2007, p. 7).

## **4 RESULTADOS DA PESQUISA**

### **4.1 Apresentação das companhias em estudo**

As empresas que fazem parte do objeto de estudo deste trabalho, são empresas de capital aberto de diferentes seguimentos de atuação na economia brasileira. Este estudo se fundamenta em pesquisa anterior realizado por Nascimento (2011) onde foi analisado o nível de aderência as diretrizes do G3 das empresas de um único setor econômico, chegando-se à conclusão que o fato de fazerem parte de um mesmo segmento, não fez com que as empresas estivessem em um nível semelhante de aderência aos indicadores do GRI.

Na evidência encontrada pelo autor foi estabelecido que existe uma distorção significativa entre o que as companhias afirmam declarar nos seus relatórios de sustentabilidade e o que realmente apresentam de acordo com o que determina as diretrizes do relatório GRI.

As companhias analisadas neste estudo são umas das únicas que apresentaram os relatórios de sustentabilidade no novo modelo G4 no ano de 2013 no Brasil, antes de sua efetiva obrigatoriedade, outro motivo que levou a escolha de empresas de segmentos diferentes da economia. As características principais dessas empresas serão destacadas a seguir, são elas Natura, Braskem, Santos Brasil, e Banco Bradesco.

#### 4.1.1 Natura

A Natura é uma marca de origem brasileira, presente em sete países da América Latina e na França. No Brasil, é a indústria líder no mercado de cosméticos, fragrâncias e higiene pessoal, assim como no setor da venda direta. Desde 2004, a Natura é uma companhia aberta, com ações negociadas no Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA), o que corrobora com suas práticas de governança corporativa, que segundo Cunha e Ribeiro (2006) é um dos pontos que leva a companhia a divulgação voluntária dos relatórios de sustentabilidade.

Em dezembro de 2000, a BOVESPA deu início ao funcionamento de um segmento especial de negociação de ações denominado Novo Mercado (NATURA, 2014). Esse novo segmento tem como propósito atrair companhias de capital aberto dispostas a apresentar maiores informações ao mercado e aos seus acionistas a respeito de seus negócios e que se comprometam a adotar práticas de governança corporativa, tais como práticas diferenciadas de administração e transparência.

Esse é o caso da Natura que desde 2002 apresenta relatórios de sustentabilidade, mesmo não sendo obrigada legalmente, e após ter seu capital aberto, utiliza o modelo GRI que permite apresentar para o mercado e para as partes interessadas as performances econômica, ambiental e social.

#### 4.1.2 Braskem

Constituída em agosto de 2002, pela integração de seis Empresas da Organização Odebrecht e do Grupo Mariani, a Braskem fez uma série de aquisições e liderou o processo de consolidação da petroquímica brasileira. O capital social da Braskem é controlado pela Odebrecht S.A., *holding* da Organização Odebrecht, com participação acionária relevante da Petrobras.

A Companhia é a maior produtora de resinas termoplásticas nas Américas, com foco em polietileno, polipropileno e PVC. Ela atende a Clientes em mais de 70 países, em todos os continentes, a partir de escritórios comerciais, que trabalham de forma integrada nas Américas, Europa e Ásia.

A seus clientes a Braskem fornece produtos que são processados e transformados em artigos de uso cotidiano. Entre os mercados atendidos, estão a indústria automobilística, de utensílios domésticos, artigos de limpeza, higiene pessoal e cosméticos, embalagens, eletroeletrônicos e eletrodomésticos, brinquedos, roupas e sapatos, construção civil, saneamento, aditivos de combustíveis, agroindústria e outros.

A Braskem passou a adotar a GRI na edição 2006 do seu Relatório versão Sustentabilidade, mas interrompeu esta adoção na edição 2007, sem mencionar tanto esta suspensão, quanto os motivos que levaram a tal ruptura, quando deixou de publicar os relatórios nesta versão. Em 2008, tornou a aderir a GRI no seu Relatório versão Consolidada (Anual e de Responsabilidade), mas na edição 2009, interrompeu novamente a adoção, sem mencionar tanto esta ruptura, quanto os motivos que levaram a tal interrupção. Em 2010 tornou a aderir às diretrizes da GRI, no ano de 2013 apresentou seu relatório de sustentabilidade de acordo com as diretrizes G4, relatório este que será objeto de estudo.

#### 4.1.3 Santos Brasil

A Santos Brasil é referência na operação de contêineres na América do Sul. Atualmente conta com três terminais de contêineres, além de um terminal de exportação de veículos. A companhia formula soluções completas de logística integrada para clientes dos mais variados segmentos, como os da indústria química, farmacêutica, alimentícia, autopeças, eletroeletrônicos e bens de consumo, suprimindo importantes diferenciais de pontualidade, rapidez e segurança.

Empresa de capital aberto e listada no nível 2 de governança corporativa da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), a Santos Brasil busca gerar valor para os acionistas e para a sociedade, visando o desenvolvimento sustentável do negócio. Promove educação profissional para jovens das comunidades onde atua e alinha-se com boas práticas de preservação ambiental.

Em 2012, foi o primeiro ano em que a Santos Brasil incorporou em seu Relatório Anual as diretrizes da GRI. Este documento reuniu informações da Companhia no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2012, englobando dados quantitativos e

qualitativos de todas as unidades de negócio (Tecon Santos, Tecon Imbituba, Tecon Vila do Conde, TEV e Logística).

#### 4.1.4 Banco Bradesco

O Bradesco é uma companhia Brasileira com uma visão inovadora: ser um banco democrático, presente em todo o País, a serviço de seu desenvolvimento econômico e social. Mantém seus compromissos sociais e ambientais, com as atenções voltadas à nova percepção mundial sobre as mudanças climáticas e à necessidade de desenvolver ações de mitigação e adaptação ao aquecimento global (BRADESCO, 2014).

Desde 2006 o Banco Bradesco apresenta seu relatório de sustentabilidade de acordo com as diretrizes do GRI, em linha com as melhores práticas de governança corporativa e compromisso com a transparência, pela primeira vez, a Organização Bradesco publica o Relatório Anual de forma unificada, abrangendo informações dos Relatórios: Anual; de Sustentabilidade; e das Demonstrações Contábeis e de Análise Econômico-Financeira.

Este volume unificado recebe o nome de Relatório Anual Bradesco. O relatório segue a nova geração de diretrizes internacionais para elaboração de relatórios de sustentabilidade (a versão G4) da Global Reporting Initiative (GRI), bem como considera a nova Matriz de Relevância da Organização Bradesco.

A publicação apresenta uma ampla visão das diretrizes de atuação da Organização, do posicionamento empresarial, das estratégias de negócio e de operações, iniciativas e projetos, incluindo resultados, além de apontar as principais perspectivas para 2014.

## 4.2 Apresentação dos resultados

A importância da adesão de processos de gestão ambiental dentro das empresas é perceptível nos crescentes estudos realizados na área, com o intuito de conhecer sobre o tema e alertar a sociedade acerca dessa importância. Dos estudos realizados Pereira (2008) e Nascimento (2011) identificaram o desempenho de empresas brasileiras que adotam o padrão GRI. No trabalho de Pereira (2008) foi analisado o período de dois anos (2006 e 2007) das empresas Natura, Petrobras e Bradesco. Já no estudo de Nascimento

(2011) foram analisadas quatro empresas do setor bancário (Santander, Itaú, Bradesco e Banco do Brasil) referente ao ano de 2006.

Neste contexto, este trabalho objetiva efetuar a análise da aderência plena e efetiva dos indicadores de desempenho (gerais e específicos) das diretrizes G4 da GRI nas empresas Natura, Braskem, Banco Bradesco e Santos Brasil, de acordo com o descrito no capítulo anterior. Para isso utilizou-se dos dados descritos no sumário do relatório de sustentabilidade na versão G4 elaborado pelas companhias para o ano de 2013. Os indicadores foram organizados entre gerais e específicos, e será analisado o nível de adesão das empresas, e se as mesmas fornecem uma aderência plena, parcial ou se não disponibilizam algum dos indicadores exigidos pela GRI.

As diretrizes do G4 preveem duas opções para a elaboração do relatório de sustentabilidade aplicáveis a organizações de qualquer tipo, porte, setor ou localização (GRI, 2014), são elas a opção essencial e a opção abrangente.

1. Opção Essencial (contém os elementos essenciais de um relatório de sustentabilidade. Oferece o pano de fundo contra o qual a organização relata os impactos do seu desempenho econômico, ambiental, social e de governança);
2. Opção Abrangente (parte da opção “essencial”, exigindo a divulgação de informações adicionais sobre estratégia, análise, governança, ética e integridade da organização. A organização deve comunicar amplamente seu desempenho relatando todos os indicadores relativos aos aspectos materiais identificados).

A GRI determina uma quantidade específica de indicadores a serem apresentados pelas companhias, e ainda aponta os conteúdos de padrões gerais e específicos que as empresas devem reportar. Essa quantidade pode variar de acordo com a opção de relatório que a empresa optou, se essencial ou abrangente.

A **Erro! Fonte de referência não encontrada.** demonstra a quantidade de indicadores dos conteúdos padrões gerais exigidos pelas opções abrangente e essencial, e o número que cada empresa apresentou em consonância com a versão G4 das diretrizes.

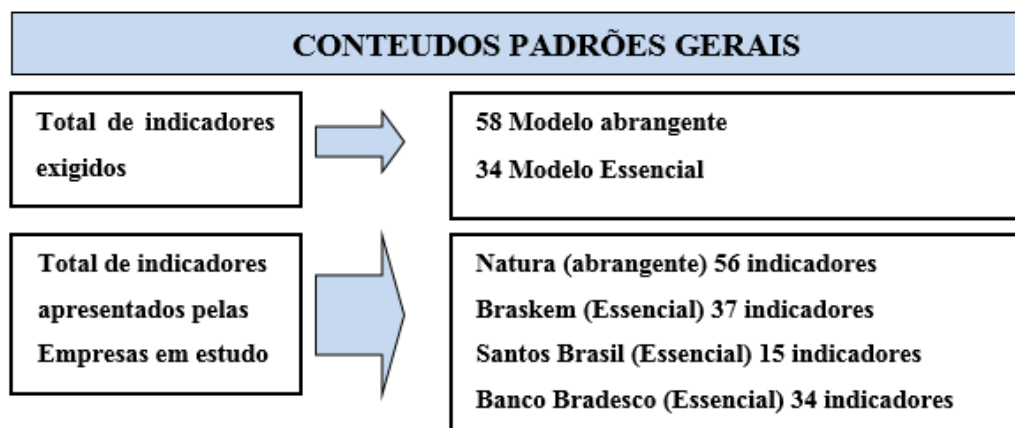


Figura 2: Conteúdos padrões gerais exigidos e apresentados  
Fonte: A pesquisa (2014)

Dentre os conteúdos de padrões gerais estabelecidos pela GRI, todas as empresas estudadas demonstram em seus relatórios os conteúdos exigidos de estratégia e análise, perfil organizacional, aspectos materiais identificados, engajamento de *stakeholders*, perfil do relatório, governança, e ética e integridade.

Dos 58 “conteúdos padrões gerais”, exigido pelo modelo abrangente, a Natura apresenta 56, não havendo indicadores que apresentaram aderência parcial nos aspectos gerais do relatório da companhia, deixando apenas de apresentar dois relacionados à conduta e ética, a saber: G4-54 (relação proporcional entre o maior salário e a média geral da empresa por país); G4-55 (relação proporcional entre o aumento do maior salário e o aumento médio da organização por país).

Mesmo não apresentando esses dois indicadores, a Natura discriminou em seu relatório o motivo pela não exposição dos mesmos, dizendo que o monitoramento de dados da empresa sobre remuneração não os permitiu o reportar esse item, conforme solicitado pela GRI, e que com a introdução da Visão de Sustentabilidade 2020 e a revisão da matriz de materialidade em 2014, a empresa reavaliara o *status* desse item.

Sobre os indicadores gerais a Braskem, mesmo optante do modelo essencial, aderiu de forma completa todos os indicadores gerais do relatório, apresentando 37 indicadores, três a mais do que os exigidos pelo G4 para o modelo essencial, relatando os seguintes aspectos que são exigidos no modelo abrangente apresentados no quadro 4.

Conteúdo específicos apresentados	Descrição dos indicadores específicos apresentados
G4-39	Relate se o presidente do mais alto órgão de governança é também um diretor executivo (e, nesse caso, sua função na gestão da organização e as razões para esse acúmulo)
G4-57	Relate os mecanismos internos e externos adotados pela organização para solicitar orientações sobre comportamentos éticos e em conformidade com a legislação, como canais de relacionamento (ex.: ouvidoria)
G4-58	Relate os mecanismos internos e externos adotados pela organização para comunicar preocupações em torno de comportamentos não éticos ou incompatíveis com a legislação e questões relacionadas à integridade organizacional, como encaminhamento de preocupações pelas vias hierárquicas, mecanismos para denúncias de irregularidades ou canais de denúncias.

Quadro 4: Indicadores específicos apresentados pela empresa Braskem.  
Fonte: A pesquisa (2014)

A companhia Santos Brasil aderiu a versão G4 da GRI no modelo essencial, contudo apresentou além dos indicadores exigidos no modelo, outros 15 que se enquadram no modelo abrangente. A empresa deixou de apresentar alguns indicadores que são cobrados no modelo essencial, porém não informou o motivo por não ter apresentado esses itens. Não obstante informou a aderência parcial relacionada aos itens G4-18, G4-38, G4-40 e G4-51, também sem maiores explicações sobre a parcialidade das divulgações.

Por fim, o Banco Bradesco apresentou todos os indicadores exigidos pelo modelo essencial, não apresentando nenhum outro indicador pertencente ao modelo abrangente. O banco ressaltou em seu relatório a aderência parcial em um item (G4-1), explicando que em 2013, unificou os Relatórios Anuais e de Sustentabilidade e por meio de um processo de integração de informações econômicos financeiros às socioambientais, que estará em curso na organização no ano de 2014, pretende refletir esse posicionamento na mensagem da presidência em seus próximos relatórios anual.

Já os indicadores dos conteúdos padrões específicos estabelecidos na versão G4 das diretrizes são divididos em três categorias de forma de gestão: econômica, ambiental e social, melhor demonstradas na figura 2:



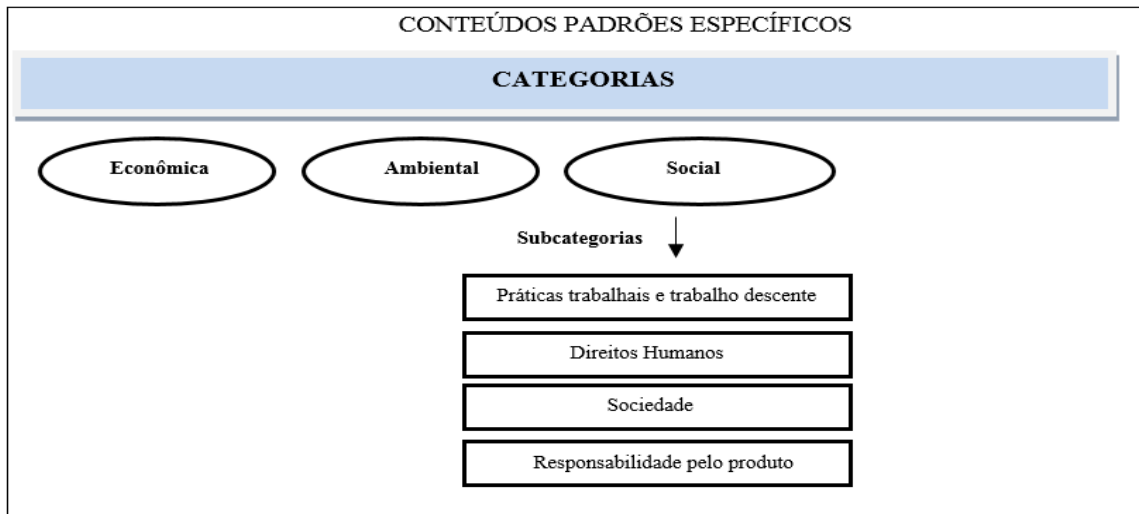


Figura 3: Categorias conteúdos padrões específicos  
 Fonte: Adaptado de GRI (2013)

Os indicadores fornecem informações sobre o desempenho ou impactos da organização relacionados aos seus aspectos materiais. Esses aspectos são aqueles que influenciam substancialmente as avaliações e decisões de *stakeholders*.

As informações sobre a forma de gestão das categorias de conteúdos padrões específicos devem conter dados suficientes para explicar como a organização responde a aspectos materiais. O processo de seleção desses aspectos está descrito nas orientações no Manual de Implementação oferecido pelo GRI.

Em consonância com o que foi demonstrado na Figura 2, os indicadores que foram apresentados com falha ou aderência parcial pela Natura que optou pela apresentação do relatório de forma abrangente, e as companhias Bradesco, Braskem e Santos Brasil que optaram pela forma de relatório essencial, serão demonstrados no quadro 2:

<b>Categoria Econômica</b>	
<b>Empresas</b>	<b>Indicadores</b>
Natura	G4-EC2; G4-EC4
Braskem	G4-EC4; G4-EC5; G4-EC7
Santos Brasil	G4-EC5; GA-EC6; G4-EC8
Banco Bradesco	G4-EC7; G4-EC8
<b>Categoria Ambiental</b>	
<b>Empresas</b>	<b>Indicadores</b>
Natura	G4-EN1 ; G4-EN7; G4-EN23; G4-EN26; G4-EN27;G4-EN28
Braskem	G4-EN1; G4-EN3
Santos Brasil	G4-EN13; G4-EN22; G4-EN23; G4-EN32
Banco Bradesco	G4-EN27; G4-EN32
<b>Categoria Social: Práticas trabalhistas</b>	
<b>Empresas</b>	<b>Indicadores</b>
Natura	G4-LA6; G4-LA12
Braskem	G4-LA6
Santos Brasil	G4-LA1; G4-LA12
<b>Categoria Social: Direitos Humanos</b>	
<b>Empresas</b>	<b>Indicadores</b>
Santos Brasil	G4-HR1; G4-HR5; G4-HR6; G4-HR10
Banco Bradesco	G4-HR1; G4-HR10; G4-HR11
<b>Categoria Social: Sociedade</b>	
<b>Empresas</b>	<b>Indicadores</b>
Santos Brasil	G4-SO7
Banco Bradesco	G4-SO1; G4-SO2
<b>Categoria Social: Responsabilidade pelo produto</b>	
<b>Empresas</b>	<b>Indicadores</b>
Banco Bradesco	G4-PR3
<b>Categoria específica do setor: Impacto de produtos e serviços</b>	
<b>Empresas</b>	<b>Indicadores</b>
Banco Bradesco	FS4; FS6; FS14

Quadro 1: Indicadores que apresentaram falha por categoria

Fonte: a pesquisa (2014)

No que tange os aspectos dos conteúdos padrões específicos do relatório, conforme apresentado no quadro 2, todas as empresas apresentaram falhas na divulgação de indicadores tanto da categoria econômica, categoria ambiental quanto da categoria social.

Algumas companhias se destacaram na apresentação de indicadores em categorias diferenciadas, nesse sentido o quadro 5 tem a intenção de apresentar qual foi a proporção

de aderência das empresas na divulgação de seu relatório de sustentabilidade de acordo com as diretrizes.

CATEGORIAS	EMPRESAS			
	NATURA	BRASKEM	B. BRADESCO	S. BRASIL
Categoria Econômica	77,78%	66,67%	77,78%	77,78%
Categoria ambiental	82,35%	94,12%	94,12%	88,24%
Categoria Social: Práticas trabalhistas	87,50%	93,75%	100,00%	87,50%
Categoria Social: Direitos Humanos	100,00%	100,00%	75,00%	66,67%
Categoria Social: Sociedade	100,00%	100,00%	81,82%	90,91%
Categoria Social: Responsabilidade pelo produto	100,00%	100,00%	88,89%	100,00%
Categoria específica do setor: Impacto de produtos e serviços			75,00%	

Quadro 5: Índices de aderência de categorias específicas.

Fonte: A pesquisa (2014)

Ao analisar o quadro é possível observar que a empresa que apresenta maior índice de aderência é a Braskem, que possui uma média geral de 97,06% de adesão nas categorias propostas, seguida da Natura com média geral de 93,75%, Santos Brasil e Banco Bradesco que possuem 87,87% e 85,35%, respectivamente.

Por fim, o Banco Bradesco apresentou uma Categoria específica do setor sobre impacto de produtos e serviços, essa categoria contém 12 indicadores que tratam de políticas com foco específico social e ambiental aplicados às linhas de negócio, procedimentos para avaliar e triar (*screening*) riscos socioambientais nas linhas de negócio, processos para monitorar a implementação e conformidade com requisitos socioambientais incluídos em acordos e transações com clientes, cobertura e frequência de auditorias para avaliar a implementação de políticas e procedimentos de avaliação de risco ambientais e sociais, entre outros. São chamados indicadores FS.

Os indicadores FS são uma extensão do relatório de sustentabilidade do banco Bradesco, das quais não estão estabelecidas pela versão G4 da GRI. O Banco Bradesco obteve aderência plena de 75% dos indicadores dessa categoria.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sob a perspectiva do objetivo geral desse trabalho, que foi apresentar uma análise da aderência plena e efetiva dos indicadores de desempenho (gerais e específicos) das diretrizes G4 da GRI das empresas Natura, Braskem, Santos Brasil e o Banco Bradesco, considerando um período referente ao ano de 2013, pode-se concluir que todas as empresas ainda precisam se adequar de forma mais completa ao novo modelo G4.

No desenvolver da pesquisa as empresas aderentes da opção essencial Braskem, Santos Brasil e o Banco Bradesco apresentaram os 34 indicadores exigidos pela versão G4 das diretrizes do GRI para a categoria conteúdos gerais, as duas primeiras se destacaram ao apresentar indicadores além dos exigidos pela opção essencial, mostrando um diferencial na elaboração de relatórios de sustentabilidade.

A Natura que é optante do modelo abrangente do relatório, e as empresas Santos Brasil e Banco Bradesco divulgaram informações de conteúdos gerais com algumas falhas, ou deixaram de apresentar algum indicador. Fato que expõe a necessidade de aprimoramento e aperfeiçoamento nessa etapa do relatório. A empresa Braskem foi a única das empresas estudadas que divulgou todas as informações dos indicadores dos conteúdos padrões gerais.

De todas as empresas analisadas o Banco Bradesco e a Santos Brasil apresentaram falhas em 5 grupo de indicadores dos aspectos específicos, seguidas pela Natura e Braskem com falhas em 3 grupo de indicadores cada.

A categoria econômica e a ambiental, são as que mais possuem aspectos que precisam ser melhorados pelas empresas na apresentação das informações. A categoria com o maior índice de adesão pelas empresas foi a categoria social subcategoria responsabilidade pelo produto, da qual 3 das 4 empresas pesquisadas aderiram de forma plena os seus indicadores.

A Santos Brasil não apresentou falhas na categoria social subcategoria responsabilidade pelo produto, no entanto necessita prover melhoras em todas as outras categorias. O Banco Bradesco é a única empresa que não apresenta falha na categoria social de subcategoria em práticas trabalhistas, mas também é a única que apresenta falha na subcategoria responsabilidade pelo produto.

A Braskem e a Natura apresentam falha em 3 categorias iguais: Econômica, ambiental e social subcategoria em práticas trabalhistas, porém a Natura apresenta falha em um número maior de indicadores, com falha em 10 indicadores, enquanto a Braskem possui apenas 6. Fato que torna a Braskem, dentre as empresas pesquisadas, com maior nível de aderência plena aos indicadores propostos pelo modelo da versão G4 da GRI.

Tendo por base as limitações da pesquisa, visto que poucos são os estudos encontrados referente a versão G4 da GRI, sugere-se o desenvolvimento de novos trabalhos voltados a estender a amostra estudada para outras empresas que utilizam-se desse modelo de diretrizes, bem como analisar os aspectos apresentados nesta pesquisa após a obrigatoriedade da apresentação do relatório de sustentabilidade de acordo com a versão G4 da GRI no ano de 2015.

## REFERÊNCIAS

BEUREN, Ilse Maria *et al.* **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática.** 3. ed., São Paulo: Atlas, 2010.

BUSHMAN, R.; PIOTROSKI, J. & SMITH, A. What determines corporate transparency? Working Paper, University of Chicago, 2001.

DIAS, Lidiane N. da S.; SIQUEIRA, José R. M.; ROSSI, Monica Z. G. **Balço Social:** a utilização dos indicadores do Global Reporting Initiative (GRI) em empresas brasileiras. ANPAD, 2006. Disponível em <<http://www.anpad.org.br/enanpad/2006/dwn/enanpad2006-apsc-0303.pdf>> Acesso em 07 setembro 2014.

FERNADES, F. da S.; SIQUEIRA, J. R. M.; GOMES, M. Z. A decomposição do modelo da Global Reporting Initiative (GRI) para avaliação de relatórios de sustentabilidade. Revista do BNDES, n. 34, 2010, pp. 101-132.

FERREIRA, Luiz Felipe *et al.* Indicadores de Sustentabilidade Empresarial: uma comparação entre os indicadores do balanço social IBASE e relatório de sustentabilidade segundo as diretrizes da global reporting initiative GRI. SEGeT – Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia, 2009.

GRI. Sustainability Reporting Guidelines. Boston: 2002. Disponível em <http://www.epeat.net/documents/EPEATreferences/GRIguidelines.pdf> Acesso em 26/08/2014

GRI. Sustainability Reporting Guidelines. 2014. Disponível em

< <https://www.globalreporting.org/resource/library/GRIG4-Part1-Reporting-Principles-and-Standard-Disclosures.pdf>> Acesso em 26/08/2014

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Técnicas de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MACHADO, Débora Gomes. et al. **A abordagem metodológica utilizada no âmbito da pesquisa científica na área da ciência contábil**: estudo exploratório da convenção de contabilidade crcrs – 2005. In: Convenção de Contabilidade do Rio Grande do Sul, 11., 2007, Bento Gonçalves. Anais da XI Convenção de Contabilidade do RS, 2007. Disponível em: <<http://www.vetorial.net/~quintana/t007>>. Acesso em: 26 Ago. 2014.

MONEVA, J. M.; ORTAS, E. Corporate environmental and financial performance: a multivariate approach. **Industrial Management & Data Systems**, v. 110, n. 2, 2010, pp. 193-210.

MURCIA, F. D. R. **Fatores determinantes do nível de disclosure voluntário de companhias abertas no Brasil**. São Paulo: USP, 2009. 181p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

NASCIMENTO, Vanessa Marcela, et al. **Análise da utilização dos indicadores essenciais da versão g3, do gri, dos relatórios das empresas do setor bancário brasileiro**. São Paulo, 2011.

NOSSA, Valcemiro. **Disclosure ambiental**: uma análise do conteúdo dos relatórios ambientais de empresas do setor de papel e celulose em nível internacional. Valcemiro Nossa. São Paulo: FEA\USP, 2002.

OLIVEIRA, José AntonioPuppim de. Um Balanço dos Balanços Sociais das 500Maiores Empresas S.A. Não-financeiras do Brasil.In: ENANPAD, 27, 2003, Atibaia SP. Anais...

OLIVEIRA, Murilo de A. S. et all. **Relatórios de sustentabilidade segundo a Global Reporting Initiative (GRI)**: uma análise de correspondências entre os setores econômicos brasileiros. Prod. vol.24 no.2 São Paulo April/June 2014 Epub Sep 10, 2013. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-65132014000200012&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-65132014000200012&script=sci_arttext)>

PEREIRA, Dayane Beatrice; SILVA, Raimundo Nonato Sousa. Análise da Utilização dos Indicadores Essenciais da GRI nos Relatórios de Sustentabilidade das Empresas Brasileiras. Sociedade, Contabilidade e Gestão, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, jul/dez 2008.

RIBEIRO, Maisa de Sousa; MARTINS, Eliseu. A informação como instrumento de contribuição da contabilidade para a compatibilidade do desenvolvimento econômico e a preservação do meio ambiente. Contabilidade Vista e Revista. UFMG, v. 6, n. 1, p. 22-32, dez. 1995.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do Trabalho Científico. 23 ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

GRI. Sustainability Reporting Guidelines. 2014. Disponível em <<https://www.globalreporting.org/information/about-gri/what-is-GRI/Pages/default.aspx>> Acesso em 26/08/2014.